

Mapeando a Metodologia Política: Reflexões sobre a Relação entre Teoria Política e Ciência Política Contemporâneas.

Nascimento Emerson.

Cita:

Nascimento Emerson (2010). *Mapeando a Metodologia Política: Reflexões sobre a Relação entre Teoria Política e Ciência Política Contemporâneas*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/34>

5TM LATIN-AMERICAN CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE – ALACIP

**MAPEANDO A METODOLOGIA POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE A
RELAÇÃO ENTRE TEORIA POLÍTICA E CIÊNCIA POLÍTICA
CONTEMPORÂNEAS**

EMERSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO

emersondonascimento@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, BRAZIL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, BRAZIL.

**ÁREA TEMÁTICA “METODOLOGÍA Y ENSEÑANZA EM CIENCIA
POLÍTICA”**

SUBÁREA “DEBATE METODOLÓGICOS”

TRABAJO PREPARADO PARA SU PRESENTACIÓN EN EL V CONGRESO
LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, ORGANIZADO POR LA
ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE CIENCIA POLÍTICA (ALACIP).
BUENOS AIRES, 28 A 30 DE JULIO DE 2010

RESUMO

A ciência política pode ser considerada uma ciência dividida. De um lado, os chamados teóricos da política, pejorativamente rotulados de normativos, do outro, os cientistas políticos que se autodenominam empíricos. Neste artigo, tratamos da problemática que se fundamenta sobre uma compreensão equivocada da relação entre teoria e método no seio da ciência política contemporânea. Para elucidar esta questão dedicamos nossa atenção ao processo de institucionalização da ciência política americana nos idos de 1950 e 1960 e os problemas que nasceram da opção por um modelo positivista de ciência e os impactos da chamada revolução behaviorista sobre a nossa disciplina.

KEYWORDS: CIÊNCIA POLÍTICA, TEORIA POLÍTICA, BEHAVIORISMO, NORMATIVIDADE E METODOLOGIA.

INTRODUÇÃO

Somos obrigados, com alguma regularidade temporal, e é sempre uma tarefa empreendedora e circunstancial, avaliar e reavaliar os rumos ou os ditames dos nossos campos de pesquisa. Empreendedora porque requer um esforço substancial e às vezes, até mesmo totalizante, de modo que, ao fim do nosso trabalho, esperamos em alguma medida poder dizer algo a respeito de onde estivemos, onde estamos agora e para onde ainda podemos ir. Não obstante, dissera ainda circunstancial por que tal tarefa é sempre empreendida sob as perspectivas de nosso próprio tema. Em outras palavras: nós sempre reavaliamos os itinerários de uma disciplina à luz dos problemas que encontramos ou que escolhemos enfatizar¹.

Nesse sentido, não é meu objetivo aqui realizar qualquer tipo de previsão sobre as direções e condições futuras da relação entre teoria política e ciência política contemporâneas, até mesmo porque previsões a respeito de pensamentos, ações e práticas humanas são sempre atividades quiméricas, restringidas pela mutabilidade humana. Não obstante, não precisa ser nenhum hegeliano para concordar junto com este autor e admitir que, independente “do que quer que aconteça, todo indivíduo é um filho de seu tempo”². Na verdade, Hegel nos diz, e é inevitável que não concordemos com o seu pensamento, que “(...) é simplesmente tão absurdo fantasiar que uma filosofia consegue transcender seu mundo contemporâneo quanto fantasiar que um indivíduo pode sobrecarregar sua própria idade, pulando sobre Rodes”³.

É desta forma que a questão de fundo que orienta meu plano de investigação aqui trata da correlação entre passado, presente e futuro (embora não necessariamente seus elementos possivelmente preditores), começando por retratar alguns passos dados pela teoria política e por seus críticos nas últimas décadas. Depois, sua relação com a produção científica da ciência política contemporânea. E, em terceiro lugar, os embates hoje dentro das fileiras da nossa disciplina, a saber: a falsa oposição entre os ditos teóricos da política (pretensamente normativistas por exclusividade e pouco conectados às questões empíricas importantes) e os ditos cientistas políticos empíricos (ambiciosamente e pretensamente positivistas)⁴.

¹ Cf. MARSH, David and STOKER, Garry (Eds.). 2002. *Theory and Methods in Political Science*. New York: Palgrave Macmillan Ltda., pp.08-10; FARR, J. 1998. “The History of Political Science”. *American Journal of Political Science*, vol. 43, n. 02, pp. 1175-1195.

² Cf. HEGEL, G. W. F. 1967. *Philosophy of Right*. Oxford: Oxford University Press, p. 11.

³ Idem, p. 12.

⁴ Cf. BALL, Terence. 1993. “American Political Science in its Postwar Context”. In: FARR, J & SEIDELMAN, R. (Eds.). *Discipline and History: Political Science in the United States*. Ann Harbor, Mich: University of Michigan Press.

EM DEFESA DA TEORIA POLÍTICA

A ciência política atravessa hoje um período difícil nos principais departamentos das principais universidades do mundo, e o Brasil não foge à regra. De forma cada vez mais hostil, a cisão entre cientistas políticos ditos normativos (em geral, qualitativos) e os cientistas políticos ditos empíricos (ocupados com métodos qualitativos rigorosos) tem moldado filões rivais e criado uma espécie de fosso entre aqueles que se dedicam à teoria, e aqueles que se dedicam ao estudo de questões empíricas. Tal situação de coisas tem tomado menos o curso de uma espécie de divisão de tarefas entre as partes, e mais, se transmutado numa espécie de diálogo de surdos, a saber: os teóricos da política parecem pouco preocupar-se com o que outros cientistas políticos têm a dizer sobre a funcionalidade, o histórico ou o comportamento de instituições reais; enquanto, aos cientistas políticos ditos empíricos, também, pouco interessa o que seus rivais teóricos têm a dizer, geralmente, cognominados pejorativamente de essencialistas, utópicos ou mesmo nostálgicos⁵.

Embora a idéia de um esforço sistemático de compreensão da política seja coisa já bem antiga e remonte, no mínimo, a Platão e a Aristóteles (os candidatos óbvios ao título de fundadores da reflexão sobre a política), e depois deles, a sucessão de outros pensadores: romanos, italianos, franceses, espanhóis, ingleses, etc., a ciência política, tal como a entendemos hoje, é uma invenção eminentemente americana. É claro que a ciência política de cada país tem um curso de desenvolvimento próprio, por exemplo, a história da ciência política brasileira não é a história da ciência política espanhola; não obstante, nas duas últimas décadas, a influência americana tem crescido sensivelmente entre os principais departamentos de ciência político em volta do mundo, inclusive, no Brasil⁶. Em suma, a invenção do estudo sistemático da política não pode ser atribuída aos americanos, mas a criação da profissão acadêmica e especializada no estudo da política, enquanto uma disciplina autônoma, institucionalmente separada do estudo da história, da filosofia, da antropologia, da psicologia ou da sociologia, é, inegavelmente, mérito americano.

A institucionalização da ciência política americana, na prática, correspondeu à criação de empregos, cursos, departamentos, programas, centros de pesquisa, revistas especializadas, associações e linhas de financiamento de pesquisa sob o rótulo disciplinar

⁵ Cf. COBBAN, A. 1953. "The Decline of Political Theory". In: *Political Science Quarterly*, n. 68, p. 321-327; BELL, Daniel. 1960. *The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*. New York: Free Press; GUNNELL, J. G. 1986. *Between Philosophy and Politics: The Alienation of Political Theory*. Amherst, Mass: University of Massachusetts.

⁶ Cf. MICELI, Sérgio (Org.). 2002. *O que ler na Ciência Social Brasileira – Vol. 03/Política*. São Paulo: ANPOCS; FERES JR., João. 2000. "Aprendendo com os Erros dos Outros: O que a História da Ciência Política Americana tem para nos Contar". *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 15, pp. 97-110, nov.; FARR, J. 1987. "Resituating Explanation". In: BALL, Terence (Ed.). *Idioms of Inquiry – Critique and Renewal in Political Science*. Albany, New York: State University of New York Press.

da ciência política. Paralelo a esse processo de desenvolvimento institucional ocorreu um movimento de especialização. A estrutura institucional da ciência política americana é hoje dividida em cinco subáreas: política americana, política comparada, relações internacionais, políticas públicas e teoria política. Cada uma destas subáreas apresenta um alto grau de autonomia disciplinar e endogenia.

Tal nível de especialização acadêmica não foi igualado até hoje por nenhum outro país do mundo. Mesmo no Brasil, onde a academia caminha a passos largos em direção ao modelo americano, a ciência política não é muito institucionalizada. Muitas universidades ainda preferem ter programas de doutorado em ciências sociais; há ainda poucos periódicos especializados em ciência política; e a jovem Associação Brasileira de Ciência Política é quase 100 anos mais nova e 100 vezes menor que a sua irmã americana.

Em parte, por ter sido vanguarda na criação da ciência política, a academia americana tornou-se modelo para os departamentos de ciência política em outros países e pólo exportador de tendências teóricas e temáticas. A influência da ciência política americana no mundo também se dá por meio da formação de acadêmicos de outros países nos inúmeros programas de doutorado existentes em ciência política dos Estados Unidos. O fato de a maioria dos bolsistas brasileiros no exterior que fazem doutorado em ciência política estarem alocados em universidades americanas é evidência clara dessa influência. Ou seja, o contribuinte brasileiro tem financiado essa importação de conhecimento, logo, nada mais razoável do que aperfeiçoarmos nossa apreciação crítica da história e do papel desse produto no seu lugar de produção original. Aqui, o caminho adotado para isso será o da teoria e o do método.

UM PROBLEMA E VÁRIAS NUANCES

Refletir de modo mais sofisticado sobre a relação entre teoria e o método, para além da trivialidade convencional da técnica ou do mero filosofismo, não tem sido tarefa fácil para muitos cientistas políticos, sejam americanos, sejam brasileiros. Entre nós (cientistas políticos), a partir da institucionalização da nossa disciplina nas principais universidades americanas, tem imperado uma espécie de divisão de tarefas entre aqueles que se interessam pura e exclusivamente pela teoria, e aqueles que se interessam por fazer uma ciência política destituída de teoria e calcada, unicamente, na elaboração de modelos formais⁷. Tal estado de coisas tem colocado como opostos elementos que antes

⁷ Cf. SOARES, Gláucio A. D. 2005. “O Calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil”. In: *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 48, pp. 27-52; BALL, Terence. 2004. “Aonde vai a Teoria Política?”. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 23, pp. 09-22, Nov.; FERES JR, João. 2000. “Aprendendo com os Erros dos Outros: O que a História da Ciência Política Americana tem para nos Contar”. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 15, pp. 97-110, Nov.; REIS, Fábio Wanderley. 1993. “Avaliação das Ciências Sociais”. In: *Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma Nova Política para um Mundo Global*, Universidade Federal de Minas Gerais, em <http://www.schwartzman.org.br/Simon/scipol/pdf/>

eram homônimos, a saber: a teoria política e a ciência política. Hoje, não só antagônicos para boa parcela da ciência política, mas até mesmo auto-excludentes.

Por que considerar que a relação entre ciência política e teoria política tem sido, e em alguma medida, continua sendo, problemática? A hipótese principal que inspira esta investigação é a idéia de que os principais problemas que surgem dessa relação nasceram da arrogância cientificista do behaviorismo que fundamentou o projeto de institucionalização da ciência política nos idos de 1950. A tese de que é impossível construir um discurso científico sobre os valores, expulsou do terreno da especulação científica as perguntas clássicas que foram formuladas desde tempos muito remotos acerca de qual a melhor forma de governo ou como acomodar simultaneamente as aspirações por liberdade e o aumento da igualdade. Foi necessário que as críticas ao positivismo demonstrassem que o desenvolvimento de um conhecimento sobre a política puramente tecnocrático era uma quimera, para que a teoria política normativa fosse recuperada como subcampo da ciência política. Assim, a partir dos anos de 1970, assistiu-se a uma reabilitação da teoria política normativa. Todavia, apesar desta reabilitação, o certo é que mesmo na atualidade, esta tensão entre ciência política e teoria política normativa, segue.

A legitimidade dos estudiosos que cultivam o subcampo da teoria política normativa está, há várias décadas, fora de questionamento. Porém, do ponto de vista da docência, determinar o lugar que o estudo dos clássicos deve ocupar na formação das futuras gerações de cientistas políticos, segue suscitando tensões. Não há nenhum problema em reconhecer como colegas de profissão, aqueles docentes que cultivam a teoria política normativa, seja ela clássica ou contemporânea. Todavia, se questiona seriamente a utilidade da presença destes conteúdos nos planos de estudos de futuros cientistas políticos. Em poucas palavras, a questão que mais de uma vez se ergue aqui é: para que serve o estudo dos clássicos a um futuro cientista político que se dedique, por exemplo, ao estudo de políticas públicas? Este tipo de questionamento é um dos motivos que me tem animado a pesquisar e discorrer sobre este tema. Ao fim, espero poder oferecer minha modesta contribuição sobre o debate, esperando que se culmine definitivamente a reabilitação da teoria política normativa iniciada há trinta anos.

De modo a ampliar o espectro das questões que norteiam hoje esse debate, pontuarei aqui outras dez questões deduzidas a partir do nosso problema acima proposto. Estas questões estão longe de serem sumariamente resolvidas, todavia, nos serve como um norte neste debate. São estas:

- 1) Desde quando a teoria política normativa e a reflexão sobre os métodos têm perdido o sentido dentro da ciência política contemporânea?

- 2) A partir de que momento a teoria política normativa perdeu espaço em nome de uma ciência política dita empírica?
- 3) É concebível imaginar, como querem alguns cientistas políticos, a consecução de uma teoria empírica da democracia? Não é isso um oxímoro?
- 4) Seria mesmo a teoria dita empírica da democracia eivada de pressupostos *demos-constraining* como querem seus críticos normativos?
- 5) A teoria normativa da democracia é mesmo impossível de verificação empírica e, portanto, infalsificável como querem seus críticos empiristas?
- 6) Por que as questões normativas foram banidas do debate político?
- 7) Por que as questões normativas parecem retornar agora ao debate teórico e metodológico contemporâneo quando sociedade civil, movimentos sociais e instituições internacionais passam a revalorizar elementos nada novos no estudo da política tais como a coesão social, a confiança intersubjetiva ou a cultura política?
- 8) Para onde seguem a teoria política normativa e a ciência política contemporânea? Quais são seus rumos teóricos e metodológicos? Caminhamos para uma sinergia *quali-quantitativa*?
- 9) Faz ainda algum sentido o estudo da teoria política normativa para a ciência política contemporânea?
- 10) Enfim, o que a história da ciência política americana pode ensinar aos cientistas políticos brasileiros? Quais os reflexos epistemológicos do projeto positivista da ciência política americana sobre o conhecimento da política produzido por nós, cientistas políticos brasileiros?

O CAMPO E O SEU ESTADO DA ARTE

Da metade dos anos de 1950 para o início dos 1970, mais ou menos, era de se celebrar (se você fosse um behaviorista) ou lamentar (se você fosse um teórico), o proclamado declínio da teoria política⁸. Em 1953, David Easton (1953) anunciou o fim da teoria política como ela existia até então e, ao que parece, previu a maneira como as coisas seriam dali por diante. Uma teoria política dita normativa, preocupada com a estrutura e o ordenamento ideal do Estado, era finalmente afastada. A abordagem dos

⁸ Cf. COBBAN, A. 1953. "The Decline of Political Theory". In: *Political Science Quarterly*, n. 68, p. 321-327.

sistemas, adotada a partir de então, descartava o conceito de Estado e limitava, se não, eliminava, quaisquer preocupações normativas. Dali por diante, os sistemas políticos seriam vistos de uma perspectiva que se queria exclusivamente empírica (excluindo-se as considerações teóricas e normativas). Nesse sentido, o estudo dos sistemas políticos é visto como um microcosmo com leis e efeitos, demandas e respostas⁹. Desnecessário dizer aqui que esta era uma linguagem bastante distante dos idiomas em que os teóricos políticos estavam acostumados a falar.

Não obstante, Easton não era o único crítico da teoria política normativa ou (como foi às vezes chamada) tradicional. Um verdadeiro coro de críticas logo apareceu¹⁰, às suas vozes adicionaram-se àquelas que celebravam o fim da ideologia, pelo menos no Ocidente¹¹. Os maiores problemas sociais, parecia, estavam resolvidos ou pelo menos a caminho de sê-lo. Dizia-se que um difundido consenso normativo penetrara nas democracias ocidentais e nos Estados Unidos em particular. Os defensores deste consenso norte-americano tentavam mostrar que isso sempre fora assim e os sonhos, esquemas e teorias dos pensadores e ideólogos utópicos estavam destinados a serem dissolvidos dentro agora de uma cultura essencialmente pragmática¹². Incapaz de renunciar pelo interesse acadêmico, pelo não-ortodoxo e pelo utópico, a teoria política foi desaparecendo. Não é surpresa que os primeiros a notar, se não a celebrar, o declínio do pensamento utópico foram os próprios teóricos políticos¹³.

Foi nesse clima concludente que Peter Laslett (1953) decretou que, seja para o bem, seja para o mal, para o momento, de qualquer maneira, a filosofia política estava morta¹⁴. E mesmo aqueles que não tinham qualquer interesse em escrever o seu obituário estavam acostumados a lamentar a precária condição/posição da teoria política normativa. Sheldon Wolin prefaciou *Politics and Vision* com um lamento pelos quase-mortos: “Em muitos círculos intelectuais de hoje há uma hostilidade marcante e mesmo uma desprezo para a filosofia política em sua forma tradicional. Minha esperança é que esse volume, se não der uma pausa naqueles que estão ansiosos por jogar fora o que

⁹ Cf. EASTON, David. 1953. *The Political System – An Inquiry into the State of Political Science*. New York: A. A. Knopf.

¹⁰ Cf. DAHL, Robert. 1956. “Political Theory: Truth and Consequences”. In: *World Politics*, n. 11, pp. 89-102.

¹¹ Aqui merecem ser citados, principalmente, os trabalhos de SHILS, E. 1955. “The End of Ideology?”. In: *Encounter*, n. 5; e BELL, D. 1960. *The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*. New York: Free Press.

¹² Cf. HOFSTADTER, R. 1969. *The Progressive Historians: Turner, Beard, Parrington*. New York: Vintage.

¹³ Cf. SHKLAR, J. 1957. *After Utopia: The Decline of Political Faith*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press; KATEB, G. 1963. *Utopia and Its Enemies: Studies in the Libertarian and Utopian Tradition*. New York: Free Press.

¹⁴ Cf. LASLETT, P. 1956. “Introduction”. In: *Philosophy, Politics and Society*. Oxford: University Oxford Press, p. 07.

permanece da tradição da filosofia política, possa ao menos ter sucesso em deixar claro o que deve ser descartado”¹⁵.

Mas nem todos os comentários eram assim pessimistas. Alguns como Isaiah Berlin e John Plamenatz, consideraram que a teoria política não poderia morrer, pelo menos enquanto seu genitor – a política – vivesse. Ambos, todavia prefaciaram seus balanços com desculpas, embora afirmativas. Em 1960, apenas quatro anos após o obituário de Laslett ser publicado, Plamenatz escreveu:

“Mesmo em Oxford, que talvez mais que qualquer outro lugar no mundo anglófono é o lar da teoria ou da filosofia política, costuma-se dizer que este tema está morto ou tristemente diminuído em importância. Acontece que eu tenho um interesse profissional em presumir que ela ainda está viva e é provável que permaneça assim como qualquer outro tema enquanto o homem continuar sendo um animal especulativo e empreendedor. Não penso que esteja enviesado, não penso que precise sê-lo. A importância deste tema parece-me óbvia e as razões para questionar sua importância, tão confusas, que não me percebo como defendendo uma causa perdida ou difícil”¹⁶.

Mais ou menos na mesma época, Isaiah Berlin, em um espírito similar, iniciou um ensaio de influência sobre o destino da teoria política normativa com uma questão: “Ainda há – perguntou ele de forma direta – um tema como a teoria política?”. Antes de responder afirmativamente, Berlin expressou uma suspeita frequentemente ouvida de que sua questão de abertura estava posta de maneira muito direta. “Essa questão, formulada com uma frequência suspeita nos países anglófonos – escreveu Berlin -, põe em dúvidas as credenciais do tema, ela sugere que a filosofia política, o que quer que ela tenha sido no passado, está hoje morta ou morrendo”¹⁷. Tanto Berlin como Plamenatz procuraram negar que a teoria política normativa estivesse morta ou mesmo moribunda.

Então, quem está, ou estava certo – aqueles que avisaram a respeito da morte ou a respeito de qualquer grau do iminente falecimento da teoria política ou aqueles que sustentaram que a teoria política não estava morta e nem poderia estar a morrer? Eu quero sugerir que cada um, à sua própria maneira, estava inteiramente correto. Para pôr meu argumento em termos paradoxais: a teoria política estava, sob alguns aspectos, morta ou morrendo – e ainda assim não poderia morrer.

¹⁵ Cf. WOLIN, S. S. 1960. *Politics and Vision Continuity and Innovation in Western Political Thought*. Boston: Little Brown.

¹⁶ Cf. PLAMENATZ, J. 1960. “The Uses of Political Theory”. In: *Political Studies*, n. 08.

¹⁷ Cf. BERLIN, Isaiah. 1962. “Does Political Theory Still Exist?”. In: *Philosophy, Politics and Society*. Oxford: University Oxford Press.

Podemos resolver o paradoxo se começarmos por estabelecer (e depois retirar) uma distinção provisória entre teorizações de primeira e segunda ordem¹⁸. Teorizações de primeira ordem surgem em conexão com a atividade de prestar atenção ao ordenamento de uma sociedade. Na medida em que as pessoas vivem juntas em comunidades, questões fundamentais inevitavelmente aparecerão. Nenhuma comunidade pode perdurar sem formular e responder, pelo menos provisoriamente, questões do seguinte tipo. Para começar, há questões sobre justiça e equidade na distribuição de recursos. O que é devido a quem e em que ordem? Questões a respeito de cargos e autoridade também são prováveis de sugerir quem deve resolver questões de interesse comum – todos os membros da comunidade ou apenas uns poucos? Se a última opção, quais poucos e como ou por quem eles devem ser escolhidos? Há, além disso, questões sobre demarcação político-conceitual: por quais critérios distinguiremos entre os temas que são não-políticos ou privados? Essas, por sua vez, geram questões sobre fundamentos e justificativas: de onde os critérios supramencionados vêm e em que base eles devem ser justificados (ou até criticados)? Ou considerem-se questões sobre punição: que faremos com os membros dissidentes ou desviantes de nossa comunidade – tolerá-los, exilá-los ou executá-los? E também há, é claro, questões referentes à extensão e aos limites das obrigações: devem todos os cidadãos fisicamente saudáveis ter uma obrigação em lutar e talvez morrer pelo Estado, se a sobrevivência do Estado parecer requerê-lo?

A lista poderia continuar a crescer, mas o ponto é talvez suficientemente claro: as questões em que os teóricos políticos estão interessados são precisamente aquelas que qualquer comunidade civilizada deve formular e procurar responder. Os maiores pensadores políticos – um Aristóteles ou um Hobbes, digamos – tentaram elaborar teorias baseadas nas quais tais questões pudessem ser (re)formuladas, elaboradas e possivelmente respondidas de uma forma coerente, compreensiva e sistemática. Todavia, sejam magníficas ou medíocres as mentes dos que lutam com as questões referentes ao ordenamento adequado da sociedade, o fato permanece: o pensamento ou a teorização política é, nesse sentido, uma atividade importante, mesmo necessária. Assim, Plamenatz e Berlin estavam certos ao sugerirem que a teoria política – entendida como teorização de primeira ordem – não poderia morrer e um comentarista mais recente sem dúvida está correto ao julgá-la indispensável¹⁹.

Em contraste, muito do que passa por teoria política na academia deveria, de maneira geral, ser denominado de teorização de segunda ordem²⁰. Ela consiste largamente, embora de maneira alguma exclusivamente, na atividade de estudar, ensinar e comentar os clássicos do pensamento político. Se a teorização de primeira ordem é

¹⁸ Cf. BALL, Terence. 2004. “Aonde vai a Teoria Política?”. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 23, pp. 09-22, Nov.

¹⁹ Cf. MACINTYRE, A. 1971. *Against the Self-Images of the Age: Essays on Ideology and Philosophy*. Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame.

²⁰ Cf. BALL, Terence. 2004. “Aonde vai a Teoria Política?”. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 23, pp. 09-22, Nov.

quase imortal, a teorização de segunda ordem é eminentemente mortal. Ela pode morrer ou desaparecer – ou, ao menos, ser desacreditada, descontada ou ignorada, como aconteceu em vários departamentos de ciência política durante o auge do behaviorismo. A teoria política, como praticada nos departamentos de ciência política, foi relegada a uma espécie de limbo ou morte viva: o pior tipo. Muitos dos que praticaram a teorização de segunda ordem não se sentiam bem-vindos e alguns foram até mesmo encorajados a negociar suas transferências para os mais congeniais departamentos de filosofia e história.

Assim, voltando ao paradoxo apresentado anteriormente – como poderia a teoria política estar ao mesmo tempo morta e viva? Podemos agora ver que o paradoxo era apenas aparente e sua solução, realmente bastante simples. Aqueles que, como Laslett, anunciaram a morte ou o iminente declínio da teoria política falavam dela como uma disciplina acadêmica especializada nos departamentos de ciência política, em outras palavras, como teorização de segunda ordem, para usarmos uma nomenclatura de Ball (2004). E eles estavam minimamente certos em sugerir que a teoria política, nesse sentido, estava em perigo mortal, se não já morta. Mas Berlin e Plamenatz estavam não menos corretos ao sugerirem que a teoria política – entendida como teorização de primeira ordem, mais uma vez parafraseando Ball (*idem*, 2004) – não estava morta nem morrendo, nem poderia estar. Essa atividade é de fato indispensável.

Da maneira como foram formulados, todavia, todos os relatos da morte da teoria (acadêmica ou de segunda ordem) provaram-se prematuros, se não, totalmente justificados em primeiro lugar. Todavia, como e por que esse Lázaro acadêmico foi trazido de volta da morte? Várias explicações, todas parciais e nenhuma inteiramente satisfatória, ajudam a considerar esta renovação, de fato, o impressionante ressurgimento da teoria política acadêmica no final dos anos 1970²¹. A explicação geralmente dada é que a teoria política tem prosperado por que seu nêmeses, o “comportamentalismo”, passou por tempos difíceis. Embora uma história adequada da “revolução comportamentalista” – e da história mais ampla da ciência política de que ela é uma parte importante – ainda precise ser escrita, ela deverá com certeza incluir, nas palavras de Terence Ball (2004), no mínimo, uma consideração sobre a ascensão e queda dos seus fundamentos. Embora os comportamentalistas estivessem habituados a estabelecer uma forte distinção entre filosofia e ciência, descartando a primeira em favor da segunda, o comportamentalismo era de fato extremamente dependente de uma filosofia particular – o positivismo. Pois foi do positivismo – ou, como era mais frequentemente denominado, positivismo lógico ou empirismo lógico – que o comportamentalismo emprestou muitas

²¹ Cf. BARRY, B. 1973. *The Liberal Theory of Justice: A Critical Examination of Principal Doctrines*. Oxford: Oxford University Press; MILLER, D. 1990. “The Resurgence of Political Theory”. In: *Political Studies*, n. 38, pp. 421-437.

de suas categorias e distinções chave²². Para os comportamentalistas, esse empréstimo adquiriu três formas importantes:

- 1) Em primeiro lugar, enquanto uma abordagem sobre a significação, o positivismo lógico distinguia três tipos de proposições: proposições “sintéticas”, sobre fatos empíricos (“o gato está sobre o tapete” era uma favorita); proposições “analíticas”, de necessidade lógica (“todos os solteiros são homens não casados”), e uma categoria residual, abrangente, de proferimentos “normativos” que nem descrevem algum estado do mundo, nem contêm verdades logicamente necessárias, mas servem apenas para expressar atitudes, sentimentos, preferências ou “valores”.
- 2) Em segundo lugar, essa teoria da significação é por seu turno abastecida por uma teoria ética “emotivista” que sustenta que proferimentos éticos são cognitivamente vazios e sem sentido; eles são meramente “ejaculações” expressivas de nada, salvo, talvez da preferência subjetiva dos estados da mente de quem fala. Assim, o proferimento “roubar é errado” não diz nada a respeito do mundo, nem sobre relações de encadeamento lógico, mas meramente expressa a desaprovação do roubo da parte de quem fala.
- 3) Em terceiro lugar, como uma filosofia da ciência, o positivismo forneceu critérios para a demarcação entre ciência e não-ciência. A ciência não digressa sobre nenhum assunto em particular, mas sobre significação e método. Pode haver uma ciência da política tão certamente como pode haver uma ciência da química ou da física, contanto que suas proposições sejam cognitivamente significativas e sintéticas, falem sobre fatos empiricamente determináveis e que suas explicações sejam conforme os requerimentos do modelo dedutivo-monológico. De acordo com esse modelo, podemos dizer que explicamos algum fenômeno X se e somente se uma proposição descrevendo X (o *explanandum*) é dedutível como conclusão de premissas contendo uma ou mais leis gerais, juntamente com afirmações das condições iniciais (o *explanans*).

O positivismo lógico teve, por assim dizer, uma função normativa ou reguladora do comportamentalismo, em que o positivismo definiu para os comportamentalistas o que é a “ciência” – e o que a ciência política deveria ser, se fosse para ser uma ciência. Primeiramente, a ciência política deveria distinguir entre “fatos” e “valores”. Em segundo lugar, deveria ser “empírica” ao invés de ser “normativa”. E, por fim, ela deveria ser explicativa no sentido acima indicado. Toda explicação genuinamente científica, de acordo com os critérios positivistas de suficiência explicativa, depende da descoberta e

²² Cf. EUBEN, J. P. 1970. “Political Science and Political Silence”. In: GREEN, P. and LEVINSON, S. (Eds.). *Power and Community: Dissenting Essays in Political Science*. New York: Vintage.

do desenvolvimento de “leis” universais e eternas. Boa parte da teoria política “tradicional” não se conformava aos critérios positivistas de significância explicativa. Por esses motivos, ela foi rejeitada como não-científica e, portanto, destinada a ser superada no devido tempo.

Mas nas mãos dos críticos comportamentalistas, a faca positivista tinha dois gumes, ferindo também aqueles que a brandiam. Logo se tornou claro que virtualmente tudo que passava por ciência política “empírica” ou “científica” não se conformava àqueles critérios positivistas com base em que a teoria política fora criticada e rejeitada como sendo sem sentido, dado que “normativa”. Grandes habilidades semânticas não eram necessárias para demonstrar os “valores” que se espreitavam nas sombras das mais higienizadas afirmações “científicas”: não havia, de fato, afirmações normativamente neutras ou afirmações descritivas não-teóricas (ou “sentenças protocolares”, como anteriormente os positivistas denominaram-nas)²³. Ainda pior: percebeu-se que não havia “leis” do comportamento político. Nenhuma passava pelos critérios positivistas, nem mesmo as famosas “leis” propostas por Michels e Duverger²⁴.

Na filosofia da ciência, enquanto isso, os críticos do positivismo haviam vencido em meados dos anos 1970 todos, exceto os positivistas mais teimosos, reconheciam a derrota. Entre as diversas falsas reivindicações que o positivismo fizera – e que os comportamentalistas emprestaram – estava a sempre ouvida pérola de que ninguém pode derivar o “dever ser” do “ser”. No andar da carruagem, todavia, não somente é possível como de fato é fácil realizar essa supostamente impossível façanha²⁵.

Herdeira como era de uma específica filosofia da ciência, o destino da ciência política comportamentalista não poderia senão ser adversamente afetada pela derrota do positivismo. Seria, entretanto, errado ou no mínimo unilateral ou simplista sugerir que a ressurreição da teoria política acadêmica pode ser traçada exclusivamente pelo destino declinante do positivismo filosófico e o declínio associado do comportamentalismo.

Outro fator que deve figurar aqui é o que Alasdair Macintyre denominou de “o fim da ideologia”²⁶. A partir de meados dos anos 1960, tornou-se evidente que a ideologia não terminara nem era provável que terminasse; ao contrário, novos movimentos políticos – entre estudantes, negros, mulheres, ativistas contra a guerra e outros – suscitavam novas questões e formulavam novas agendas. Apesar de titubeante e fragilizada, teorizações de primeira ordem continuavam sendo feitas nas ruas e nas salas

²³ Cf. TAYLOR, C. 1967. “Neutrality in Political Science”. In: *Philosophy, Politics and Society*. Oxford: University Oxford Press, pp. 25-57.

²⁴ Cf. FARR, J. 1987. “Resituating Explanation”. In: BALL, Terence (Ed.). *Idioms of Inquiry – Critique and Renewal in Political Science*. Albany, New York: State University of New York Press.

²⁵ Cf. ANSCOMBE, G. E. 1968. “On Brute Facts”. In: THOMSON, J. J. and DWORKIN, G. (Eds.). *Ethics*. New York: Harper.

²⁶ Cf. MACINTYRE, A. 1971. *Against the Self-Images of the Age: Essays on Ideology and Philosophy*. Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame.

de aula²⁷. Do Movimento pelo Discurso Livre em Berkeley em 1964 aos acontecimentos de 1968 em Paris, velhas ortodoxias – incluindo a própria tese do fim das ideologias – foram questionadas e desmascaradas elas mesmas como “ideológicas”. Em 1972 os editores da renomada série *Philosophy, Politics and Society* – em cujo primeiro número o obituário de Laslett apareceu – reconheciam que

“(…) nunca estivemos certos ao pensar a partir de metáforas tão patológicas e evidentemente elas não são mais aplicáveis de qualquer maneira. Tornou-se agora lugar-comum que ambos os movimentos intelectuais prevaletentes na época de nossa primeira introdução [em 1956], em cujos termos parecia plausível aos sociólogos falar em ‘fim das ideologias’ e mesmo para os filósofos falarem na ‘morte da teoria política’, eram eles mesmos as máscaras de posições ideológicas disputáveis”²⁸.

Qualquer explicação do ressurgimento da teoria política deve também, naturalmente, incluir uma consideração das consequências políticas de uma concepção particular da relação entre a ciência social e a prática política – não em abstrato, mas (para usar uma certa frase feita frequentemente lançada contra os teóricos políticos acadêmicos) no “mundo real”. A guerra do Vietnã, embora não declarada, foi bastante real. Foi uma guerra lutada não apenas pelos soldados norte-americanos, mas, mais importante, “gerenciada” pelos especialistas. Chamados de “os novos mandarins” por seus críticos e de “intelectuais da defesa” por seus defensores, sua reivindicação de perícia era fundada em uma visão instrumentalista e positivista da ciência social e de sua relação com a prática política. A esperança em estabelecer uma ciência política positivista – uma aspiração que pode ser traçada de volta a Saint-Simon e Comte, no século XIX – sofreu um golpe decisivo, senão mortal, pela experiência norte-americana no Vietnã.

O que isso tem a ver com o destino ascendente da teoria política acadêmica? Apenas isto: o Vietnã fez emergir e trouxe ao centro do debate, exatamente, o tipo de questão normativa que a teoria política supostamente abordava – questões referentes aos direitos e deveres dos cidadãos, à obrigação dos indivíduos de lutar pelo Estado, às guerras justas (e injustas), à resistência ativa e passiva e a questões relacionadas²⁹.

A teoria política recebeu um impulso notável no início dos anos 1970 com a publicação do livro de John Rawls, “Uma Teoria da Justiça” (de 1971). Diferentemente de alguns que lhe creditam o feito de sozinho, ter revivido a teoria política, não quero exagerar a importância de Rawls (ainda que tivesse e tenha importância). Mas parece que seu pensamento a respeito da justiça teve uma importância e um apelo especial para

²⁷ Cf. MILLER, J. 1987. *Democracy is in the Streets – From Port Huron to the Siege of Chicago*. New York: Simon & Schuster.

²⁸ Cf. LASLETT, P; RUNCIMAN, W. G. and SKINNER, Q. 1972. (Eds.). *Philosophy, Politics and Society*. Oxford: University Oxford Press.

²⁹ Cf. WALTZER, M. 1977. *Just ans Unjust Wars*. New York: s/n.

aqueles que viveram ao longo, pensaram a respeito e participaram dos movimentos pelos direitos civis e contra a guerra. A despeito de seus impressionantes formalismos abstratos – a “posição original”, o “véu de ignorância” e todo o resto –, a teoria de Rawls era, todavia, estreitamente relacionada à política do mundo real. Ela lidava enfaticamente com questões preeminentes de direitos, deveres e obrigações, da justificação da desobediência civil e, com sua totalmente original pesquisa a respeito de justiça intergeracional, dirigiu-se às preocupações do então emergente movimento ambientalista³⁰.

Embora, ou talvez precisamente devido a isso, a teoria de Rawls foi submetida a uma boa dose de escrutínio crítico, comentários e tentativas de refutação, e sua publicação e recepção, finalmente, provou ser um importante fator no ressurgimento da teoria política normativa na academia³¹. Também se deve conceder crédito, embora devido a uma importância um pouco diferente, às pesquisas históricas de Peter Laslett, John Pocock, Quentin Skinner, John Duhn e outros entre os assim chamados “novos historiadores” do pensamento político, à teoria crítica de Jürgen Habermas e à renovada Escola de Frankfurt, ao papel de Ronald Dworkin e outros a renovar o interesse pela filosofia do direito e aos importantes estudos de Michel Foucault sobre as instituições (prisões, clínicas, asilos) e outros meios por meio dos quais os homens e mulheres modernos são constituídos e disciplinados.

O ressurgimento da teoria política que começou no início dos anos 1970 também foi auxiliado pelo surgimento de novas revistas especializadas no assunto. A primeira delas foi *Interpretation*, uma revista com propensões decididamente straussianas, fundada em 1970. Ela foi seguida um ano depois – o mesmo ano de publicação de *Uma Teoria da Justiça* de Rawls – por *Philosophy and Public Affairs*, uma revista dedicada à proposição de que temas de interesse público frequentemente tem uma importante dimensão filosófica. A essas duas novas revistas somou-se em 1973 *Political Theory*, uma revista de modo geral devotada ao tipo de teoria política feita não por filósofos, mas por aqueles que lidam com o tema no interior dos departamentos de ciência política. Os primeiros números foram largamente dedicados, embora não exclusivamente, à análise de conceitos políticos como “poder”, “liberdade”, “igualdade”, “interesses” – mesmo a própria “política”. Em meados dos anos 1970 o interesse mudou para Rawls e a justiça, Habermas e a teoria crítica, Marx e o neomarxismo e outros tópicos.

Todavia, esse momento continuou não reconhecido ou mesmo depreciado em muitos departamentos de ciência política. Em um editorial de 1982, o então editor de *Political Theory*, Benjamin Barber, observou com algum sarcasmo que

“(…) a filosofia política continua a florescer no interior da disciplina da ciência política – pelo que a disciplina permanece curiosamente ingrata. De uns anos para cá os painéis de teoria política têm superado todos os

³⁰ Cf. RAWLS, J. 1971. *A Theory of Justice*. Cambridge, Mass: Harvard University.

³¹ Cf. BARRY, B. 1973. *The Liberal Theory of Justice: A Critical Examination of Principal Doctrines*. Oxford: Oxford University Press.

outros da Associação Americana de Ciência Política (APSA) de dois para um e vários subgrupos de teoria (...) continuam a multiplicar-se (...). Ao mesmo tempo, a ciência política parece ter perdido seu lastro com o declínio de filiações em associações profissionais e o seu prumo, com o declínio do projeto positivista tal como concebido no início dos anos 1960 (...). A disciplina de ciência política faria um melhor serviço a si mesma se (...) prestasse mais atenção à mensagem encontrada nos números a que ela tem tão frequentemente prestado tão pouca homenagem”³².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falsa convencional divisão do trabalho curricular designa aos teóricos a tarefa de traçar e avaliar idéias, ideais e crenças, e delega aos investigadores empíricos a tarefa de descrever e explicar o efetivo comportamento dos agentes políticos. Essa divisão do trabalho sugere que há dois domínios bem separados, um do pensamento ou da “teoria” e o outro da ação ou do “comportamento”, cada qual podendo ser caracterizado sem referência ao outro. Mas essa divisão é notoriamente falsa. O agente que tem certas crenças não é separável do agente que atua. De fato, suas ações não são nem mesmo descritíveis sem referência às suas crenças e vice-versa. Assim, a esperança de criar uma ciência do “comportamento” político era em tudo tão equivocada quanto uma “história do pensamento político” isolada. E isso, como frequentemente vemos, é uma verdade mais facilmente reconhecível se olharmos para o passado. Como Alasdair Macintyre (1981) lembrou-nos: “não deveria haver duas histórias, uma da ação política e moral e outra da teorização política e moral, pois não há dois passados, um povoado somente por ações e o outro pelas teorias”. Cada ação, por conseguinte, porta e expressa crenças e conceitos mais ou menos carregados teoricamente, cada teorização e cada expressão de uma crença é uma ação política e moral. É somente devido aos particulares hábitos mentais gerados pelo nosso currículo acadêmico que chegamos à errônea conclusão de que “idéias são dotadas de uma vida própria, falsamente independente e que a ação política e social é desprovida de idéias que a oriente”³³. Dessa forma, as “idéias” ou “crenças” estudadas pelos teóricos políticos e o “comportamento” estudado pelos cientistas políticos não são duas coisas excludentes, mas uma única.

³² Cf. BARBER, B. R. 1982. *Political Theory*, n. 10.

³³ Cf. MACINTYRE, A. 1981. *After Virtue*. Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBE, G. E. 1968. "On Brute Facts". In: THOMSON, J. J. and DWORKIN, G. (Eds.). *Ethics*. New York: Harper.

BALL, Terence. 1993. "American Political Science in its Postwar Context". In: FARR, J & SEIDELMAN, R. (Eds.). *Discipline and History: Political Science in the United States*. Ann Harbor, Mich: University of Michigan Press.

_____. 2004. "Aonde vai a Teoria Política?". In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 23, pp. 09-22, Nov.

BARBER, B. R. 1982. *Political Theory*, n. 10.

BARRY, B. 1973. *The Liberal Theory of Justice: A Critical Examination of Principal Doctrines*. Oxford: Oxford University Press.

BELL, Daniel. 1960. *The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*. New York: Free Press.

BERLIN, Isaiah. 1962. "Does Political Theory Still Exist?". In: *Philosophy, Politics and Society*. Oxford: University Oxford Press.

CASTRO, Alfin D. 1999. "La Historia de las Ideas Políticas. Contenidos e Métodos". In: *Working Paper n. 168*, Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials.

COBBAN, A. 1953. "The Decline of Political Theory". In: *Political Science Quarterly*, n. 68, p. 321-327.

CRESWELL, John W. 2007. *Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: ARTMED.

DAHL, Robert. 1956. "Political Theory: Truth and Consequences". In: *World Politics*, n. 11, pp. 89-102.

EASTON, David. 1953. *The Political System – An Inquiry into the State of Political Science*. New York: A. A. Knopf.

EUBEN, J. P. 1970. "Political Science and Political Silence". In: GREEN, P. and LEVINSON, S. (Eds.). *Power and Community: Dissenting Essays in Political Science*. New York: Vintage.

FARR, J. 1998. "The History of Political Science". *American Journal of Political Science*, vol. 43, n. 02, pp. 1175-1195.

_____. 1987. "Resituating Explanation". In: BALL, Terence (Ed.). *Idioms of Inquiry – Critique and Renewal in Political Science*. Albany, New York: State University of New York Press.

FERES JR., João. 2000. "Aprendendo com os Erros dos Outros: O que a História da Ciência Política Americana tem para nos Contar". *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 15, pp. 97-110, Nov..

GUNNELL, J. G. 1986. *Between Philosophy and Politics: The Alienation of Political Theory*. Amherst, Mass: University of Massachusetts.

HEGEL, G. W. F. 1967. *Philosophy of Right*. Oxford: Oxford University Press, p. 11.

HOFSTADTER, R. 1969. *The Progressive Historians: Turner, Beard, Parrington*. New York: Vintage.

KATEB, G. 1963. *Utopia and Its Enemies: Studies in the Libertarian and Utopian Tradition*. New York: Free Press.

LASLETT, P. 1956. "Introduction". In: *Philosophy, Politics and Society*. Oxford: University Oxford Press, p. 07.

LASLETT, P; RUNCIMAN, W. G. and SKINNER, Q. 1972. (Eds.). *Philosophy, Politics and Society*. Oxford: University Oxford Press.

MACINTYRE, A. 1971. *Against the Self-Images of the Age: Essays on Ideology and Philosophy*. Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame.

_____. 1981. *After Virtue*. Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame.

MARSH, David and STOKER, Garry (Eds.). 2002. *Theory and Methods in Political Science*. New York: Palgrave Macmillan Ltda., pp.08-10.

MICELI, Sérgio (Org.). 2002. *O que ler na Ciência Social Brasileira – Vol. 03/Política*. São Paulo: ANPOCS.

MILLER, D. 1990. "The Resurgence of Political Theory". In: *Political Studies*, n. 38, pp. 421-437.

MILLER, J. 1987. *Democracy is in the Streets – From Port Huron to the Siege of Chicago*. New York: Simon & Schuster.

PLAMENATZ, J. 1960. "The Uses of Political Theory". In: *Political Studies*, n. 08.

RAWLS, J. 1971. *A Theory of Justice*. Cambridge, Mass: Harvard University.

REIS, Fábio Wanderley. 1993. "Avaliação das Ciências Sociais". In: *Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma Nova Política para um Mundo Global*, Universidade Federal de Minas Gerais, em <http://www.schwartzman.org.br/Simon/scipol/pdf/csociais.pdf>.

SANTOS, Maria Helena e COUTINHO, Marcelo. 2000. "Política Comparada: Estados das Artes e Perspectivas no Brasil", BIB, 54, II Semestre de 2000, pp. 03-146.

SHILS, E. 1955. "The End of Ideology?". In: *Encounter*, n. 5; e BELL, D. 1960. *The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*. New York: Free Press.

SHKLAR, J. 1957. *After Utopia: The Decline of Political Faith*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

SOARES, Gláucio A. D. 2005. "O Calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil". In: *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 48, pp. 27-52.

TAYLOR, C. 1967. "Neutrality in Political Science". In: *Philosophy, Politics and Society*. Oxford: University Oxford Press, pp. 25-57.

VALLESPÍN, F. 1990. "Aspectos Metodológicos em la Historia de la Teoria Política". In: Id. (Ed.). *Historia de la Teoria Política*, vol. 01, Madrid: Alianza.

WALTZER, M. 1977. *Just and Unjust Wars*. New York: s/n.

WOLIN, S. S. 1960. *Politics and Vision Continuity and Innovation in Western Political Thought*. Boston: Little Brown.